



**Manuel Gouveia Pereira**  
Associado Coordenador da Área de Imobiliário  
& Ambiente da Vieira de Almeida & Associados  
mgp@vda.pt

O Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia colocou em consulta pública, no passado dia 15 de setembro, a proposta de 'Compromisso para o Crescimento Verde'. Esta proposta, que resulta do debate realizado no âmbito da Coligação para o Crescimento Verde, fixa **13 objetivos quantificados para 2020 e 2030:**

## Compromisso para o Crescimento Verde em consulta pública

1. Aumentar o Valor Acrescentado Bruto (VAB) «verde»: 3000 milhões de euros em 2020 e 5100 milhões de euros em 2030;
2. Incrementar as exportações «verdes»: 700 milhões de euros em 2020 e 1200 milhões de euros em 2030;
3. Criar postos de trabalho «verdes»: 95 000 pessoas ao serviço em 2020 e 140 000 pessoas ao serviço em 2030;
4. Aumentar a produtividade dos materiais: 0,98 em 2020 e 1,19 em 2030 (assegurando o objetivo europeu de crescimento de 30% até 2030);
5. Aumentar a incorporação de resíduos na economia: 68% em 2020 e 87% em 2030;
6. Privilegiar a reabilitação urbana: 17% das obras novas em 2020 e 23% das obras novas em 2030;
7. Aumentar a eficiência energética intensidade energética: 134 tep/milhão de euros PIB em 2020 e 107 tep/milhão de euros PIB em 2030;
8. Aumentar a eficiência hídrica: máximo de 25% de água não faturada no total da água colocada na rede em 2020 e 20% em 2030;
9. Reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>: entre 68 e 72 milhões de toneladas CO<sub>2</sub> em 2020 e entre 54 e 60 milhões de toneladas CO<sub>2</sub> em 2030, contingente a interligações;
10. Reforçar o peso das energias renováveis: peso de 31% no consumo final de energia em 2020 e 40% em 2030;
11. Melhorar o estado das massas de água: 72% das massas de água passar de qualidade «Inferior a Boa» a «Boa ou Superior» em 2020 e 100% em 2030;
12. Melhorar a qualidade do ar: máximo de nove dias com Índice de Qualidade do Ar (IQAR) «fraco» e «mau» em 2020 e máximo de dois dias em 2030;
13. Valorizar a biodiversidade: 126 espécies e 96 habitats com estado de conservação «favorável» estabelecido por região biogeográfica em 2020 e 158 espécies e 144 habitats em 2030.

O objetivo anunciado pelo Governo é o de que este Compromisso seja um plano estratégico, "suficientemente definido para assegurar a

“

Urge, assim, garantir a integração e articulação dos instrumentos de planeamento, bem como do quadro legal aplicável

ambição, a estabilidade e a previsibilidade de políticas, mas também suficientemente aberto para acomodar diversos modelos de implementação”.

O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia declarou, recentemente, que “chegou a hora do crescimento verde”, destacando a necessária sinergia entre “a reindustrialização, a economia verde e o conhecimento”, três áreas essenciais para se alcançar um desenvolvimento sustentável.

A implementação e a concretização destas metas e objetivos implicarão, inevitavelmente, alterações legislativas com impacto em diversos setores, e, nalguns casos, a aprovação de nova legislação.

Urge, assim, garantir a integração e articulação dos instrumentos de planeamento, bem como do quadro legal aplicável, com normas suficientemente claras que permitam às empresas e aos investidores responder aos desafios do crescimento verde, orientando o seu investimento para projetos inovadores e sustentáveis, capazes de, simultaneamente, reforçar a sua competitividade.

A legislação ambiental que venha a ser adotada ou revista no âmbito deste Compromisso deve ter em conta estas premissas sob pena de se comprometer uma desejável visão integrada e transversal das áreas e setores com potencial de crescimento verde.<sup>1</sup> **IA**

<sup>1</sup> No Conselho de Ministros do passado dia 16 de outubro, foi aprovada a proposta de lei que aprova a reforma da fiscalidade verde.